

1950 - Ano de Guerra? Ano de Paz?

Revista Militar



*A Igreja proclamou solenemente 1950 Ano Santo. Se a voz do Sumo Pontífice fosse escutada em todo o orbe com o respeito que encontra nos países católicos, teríamos uma pausa evangélica nos anseios que nos turvam os dias, e a paz poderia brotar daquela santa paragem nas lutas que separam as nações. Não tenhamos, porém, ilusões. Essa voz não será escutada com igual fervor por toda a Humanidade. As generosas palavras de Sua Santidade Pio XII não terão infelizmente o desejado eco no coração de muitos homens.**

Duas ideologias políticas se encontram em presença, irreduzíveis e irreconciliáveis, embora ambas apresentem modalidades de estrutura, o que poderia fazer crer em possibilidades de transigência e aproximação entre as duas. Uma delas exige dos seus adeptos submissão tão cega, que alguns a consideram não ideal político, mas credo religioso. A outra, ao contrário, mobilizou até os últimos recursos no combate à tirania e mostra-se disposta a continuar a luta com firmeza em todos os campos para os quais for chamada, sem olhar a sacrifícios. Neste intransigente amor da liberdade está de certo a sua principal característica.

É realmente muito para admirar o espírito de resistência e decisão de que os aliados deram provas, e muito especialmente a Grã-Bretanha, na luta contra a tirania germânica. A esse espírito, e só a ele, devem a liberdade que fruem, os povos da Europa Central e Ocidental, alguns dos quais por vezes, com ingratidão impressionante, parecem esquecer-se dos sacrifícios que a guerra custou. Pense-se no que nós hoje seriam os, a vida miserável que arrastariam os, se a vitória tivesse favorecido o despotismo hitleriano!

O fim das hostilidades não nos trouxe até hoje a paz sem anseios que almejamos, é certo, porque acontecimentos imprevisíveis criaram a situação lamentável em que o mundo e especialmente a Europa se debatem. Tanto bastou para que aqueles a que os ingleses chamam irrisoriamente wise after event, crendo-se grandes estadistas, se permitam críticas mesquinhas e desfavoráveis aos homens que têm o gigantesco encargo de assentar a paz mundial.

É escabroso o caminho que se tem seguido, certamente porque outro melhor não tem sido possível encontrar, e tão tortuoso ele é que por vezes se chega a recear que em alguma das suas torcidas voltas o inimigo apareça subitamente.

Depois de demoradas negociações e muitos alvitres esse caminho levou-nos primeiro à aliança da Benelux, depois à convenção de Bruxelas, que criou a União Ocidental Europeia, e por fim ao pacto do Atlântico Norte, ao qual se seguirão possivelmente outros entendimentos, que virão robustecer ainda mais os já assentes.

As providências tomadas até agora e em grande parte já realizadas ou em via de realização para dar eficiência aos pactos são garantia de que o inimigo que se abalançar a contrastar as formidáveis forças de tão firme união, expor-se-á a forte revez, por grandes que sejam os seus recursos.

Seria, porém, grande e talvez fatal perigo afrouxar nas diligências, porque o inimigo é poderoso e está bem apercebido e atento. De facto, a Rússia, com a sua elevada população, pode pôr em armas quinze milhões de homens. E sobre o seu valor acode-nos à memória a apreciação do general inglês Fuller, que os conheceu de perto e que na sua notável Guerra Mecânica diz que na resistência ao sofrimento poucos soldados valem os russos.

As indústrias de guerra naquele país - fabrico de material de toda a espécie e de munições, - cujas deficiências na guerra passada foram supridas pelos aliados, acham-se agora muito desenvolvidas, segundo consta, dispensando quaisquer auxílios.

Demais, a extensão do país, que se dilata da Prússia Oriental e da fronteira da Polónia aos confins da Ásia, abrangendo uma área imensamente grande, com climas variados e regiões de aptidões culturais muito diversas, faz que essa potência possa subsistir por si só, ao contrário do que sucede com a maioria das outras. Mesmo as chamadas «matérias primas estratégicas» parecem não faltar.

De tudo isto se depreende que a Rússia, demais auxiliada por nações politicamente dominadas por ela e cujo poder não é de desprezar, é um inimigo formidável, embora não invencível.

O pacto do Atlântico Norte é, das providências para fazer face a tão grande inimigo, decerto a mais concreta e importante. Portugal, associando-se a esse pacto, assume obrigações internacionais muito para ponderar, mas que não constituem novidade na sua História. Para não sairmos dos tempos modernos recordaremos os acontecimentos e as negociações que precederam a expedição a Argel em 1784, as que tiveram por epílogo a campanha do Rossilhão em 1793-95, a Guerra Peninsular, na qual o nosso exército ombreou com o dos aliados e escreveu algumas das mais gloriosas páginas da sua História, o auxílio à Espanha em 1835-37 e enfim a Grande Guerra de 1914 a 1918, em que as nossas tropas, a par das francesas, das inglesas e das americanas contribuíram com o seu esforço para a derrota da Alemanha.

Não é, pois, novidade para Portugal, na sua essência, o pacto do Atlântico. Que exigirá

ele de nós? Sabe-o decerto quem tem de o saber. Afigura-se-nos, porém, que, se se chegar às hostilidades, não é no território nacional, mas no centro da Europa, talvez em terreno conhecido do nosso exército, que se hão-de jogar os grandes lances de que dependerá a sorte desta parte do globo.

E também temos como certo que os acontecimentos nos hão-de encontrar preparados e prontos para ocuparmos o nosso lugar onde for combinado, com a dignidade com que sempre o temos feito em ocasiões análogas.

O armamento e o equipamento de um exército, ainda mesmo pequeno, tarefa laboriosa em todos os tempos, é hoje operação extremamente custosa, principalmente por causa das especializações exigidas pela moderna técnica da guerra e pelos seus meios de acção.

Vêm de longe, é certo, as especializações dentro das Armas, mas, ao passo que outrora elas se reduziam, tanto na Infantaria como na Cavalaria, às modalidades ligeira e pesada e na Artilharia às variantes de montanha, de campanha e de sítio, actualmente são em número muito elevado nas três Armas. A própria Engenharia, noutros tempos tão secundária em campanha, desdobra-se hoje em muitas especialidades, qual delas a mais imprescindível. A aviação, que se estriou, por assim dizer, em 1914-18, atingiu, já também dividida em modalidades, tal predomínio, que se tornou o mais poderoso agente de um exército em operações de guerra, mercê da diversidade das suas aptidões e dos terríficos efeitos da sua acção.

Demais, as armas tinham antigamente uma estabilidade de uso que agora lhes falta. Exemplo típico desta longevidade dos instrumentos de luta em tempos idos é o material de artilharia de campanha - peças de 3,6 e 9 e obuses de 5^{1/2} - com que o nosso exército foi armado em 1809 para a guerra que então lavrava. A sua duração foi até à invenção das bocas de fogo estriadas, pelo meado daquele século 19.0 Outro exemplo frisante de constância é a espingarda de infantaria, que levou mais de cem anos para ir da pederneira ao fulminante de clorato de potássio e à deflagração pela agulha!

Ao contrário desta quietação, o dinamismo das indústrias de guerra dos nossos dias, com constantes inovações, faz que hoje um exército, para ter o seu material bélico actualizado, custe grandes somas, sob pena de se atrasar em poucos anos.

Portugal, como alguns outros países, está em grande parte dependente da indústria estrangeira para o armamento do seu exército. Outrora fizemos grandes diligências para nos libertarmos de tal dependência. Foi essa emancipação, durante muitos anos, pode-se dizer, o sonho de todos os ministros, e para o conseguir trabalhou-se muito no velho Arsenal do Exército.

Esse desiderato apenas se alcançou na artilharia de montanha e em parte também na de campanha. De facto, as bocas de fogo daquela modalidade das expedições a Moçambique e Angola no último quartel do século passado e princípios do actual foram estudadas e fabricadas na nossa Fundação, sob a direcção de oficiais eminentes.

As indústrias de guerra, porém puseram de parte o bronze, substituindo-o definitivamente pelo aço na artilharia e em outro material, e nós não as pudemos acompanhar. Desde então, embora com os nossos limitados recursos façamos muito, tivemos de recorrer, em grande parte, para nos armarmos, ao estrangeiro. Não obstante, nunca o nosso exército, nas campanhas em que tem tomado parte, se ressentiu de deficiências do seu armamento.

Não nos desviemos, porém, do nosso objectivo: será 1950 ano de guerra ou de paz?

Quanto a nós o antagonismo intolerante entre o Ocidente e o Oriente não é susceptível de solução pelas armas, ainda mesmo que a guerra fosse de pavoroso extermínio e a vitória pendesse bem assinaladamente para um dos lados, permitindo-lhe impôr a rendição incondicional ao vencido.

São muitos milhões de almas, tanto de uma banda como de outra, e por mais afectado que um dos contendores ficasse restar-lhe-iam decerto ainda alento para amparar o seu ideal, que mais tarde ou mais cedo ressurgiria.

As ideias e as crenças têm resistido vitoriosamente aos golpes, ainda aos mais formidáveis, que se têm despedido contra elas e desafiarão sem dúvida outros, mais poderosos, que se inventem.

As guerras religiosas, depois de terem, por tanto tempo, perturbado a paz da Europa, deixaram incólumes as crenças, que então se combatiam raivosamente, e hoje vivem vizinhas umas das outras e em boa paz.

De resto, deve-se dizer que se uma das partes, agora opostas, tenciona ou espera aniquilar a outra, não é certamente o Ocidente que alimenta esse intento. O seu objectivo, proclamado bem alto várias vezes e ainda reafirmado numa importante e recente reunião de delegados de diversos países, é manter a paz e a segurança internacional.

Não há ideias de guerra do lado do Ocidente, a não ser que a ela se seja forçado, e muito menos de extermínio.

Foi com o intuito de a evitar que se firmou o pacto do Atlântico Norte entre doze nações, e tudo leva a crer que se o Oriente alguma vez pensou em recorrer às armas, o que pomos em dúvida, desistirá de tal propósito em presença de tão resoluta organização de resistência.

Alimentemos, pois, a esperança de que 1950 seja ano de paz. Não, infelizmente, dessa paz descuidada, só possível num ambiente de completa confiança mútua e onde nada há que recear; uma paz que permitisse a desmobilização da quase totalidade das tropas, libertando braços para a faina das indústrias e para as calmas lides da lavoura; uma paz, enfim, de imperturbável sossego de espírito. Não é infelizmente essa paz que 1950 nos dará, mas sim uma paz como a do ano que findou, cheio de sobressaltos e de provocações, mas que, assim mesmo, irá permitindo a lenta reconstituição do que a

guerra destroçou. Entretanto o tempo irá fazendo a sua obra, e oxalá ela seja no caminho da boa paz.

No nosso país anunciam-se para este ano importantes remodelações na orgânica do poder executivo, entre as quais a criação de um ministério da defesa nacional englobando todas as forças militares terrestres, aéreas e navais, da metrópole e das colónias, à imitação do que se usa nos países com os quais nos achamos ligados pelo pacto do Atlântico Norte. A indispensável unidade de acção exige imperativamente unidade de organização dos pactuantes. Se assim não fõra, talvez não se justificasse a criação de tal ministério, que se nos afigura tolher um pouco iniciativas que conviria deixar brotar livremente.

O primeiro passo para a unificação foi já dado pela recente passagem dos serviços militares ultramarinos para o Ministério da Guerra, extinguindo-se assim o último e frouxo eco dos velhos exércitos das Colónias, que prestaram tantos serviços no tempo em que a vida militar em Africa era dura, e que nos deram grandes «oficiais do mato», como Padrel, Artur de Paiva, Neutel de Abreu, José Augusto da Cunha, Curado e outros, jamais olvidados.

E a Revista Militar, como se desempenhará ela da sua missão no ano de 1950, o segundo do seu segundo século? A esta pergunta responderemos com a reprodução integral das palavras que a Direcção da Revista, há precisamente cem anos, dirigiu aos seus leitores no número de Janeiro de 1850: »Dispostos a prosseguir na tarefa que nos impusemos, o nosso programa continuará a ser o mesmo que até hoje tem sido. Inteiramente alheios às questões políticas e de partido, continuaremos unicamente a ocupar-nos de assuntos militares, de uma maneira coerente com a nossa posição, como membros do exército.«

A publicação da Revista Militar, com a devida regularidade e sempre na altura da sua elevada categoria profissional e científica, representa um grande esforço, que só é possível pela congregação de muitas vontades e dedicações e que poucas pessoas poderão avaliar justamente. Vêm de longe as dificuldades da Revista, agora avolumadas imensamente pelo agravamento do custo da vida em todos os sectores, com grandes embaraços para a sua Administração.

Para fazer face a tais dificuldades conta a Revista neste ano de 1950, como nos anteriores, e sempre com muita gratidão, com o valioso auxílio dos seus dedicados assinantes e com o dos ilustres oficiais que lhe honram as páginas com a sua levantada colaboração, sem esquecer os senhores anunciantes que a ajudam a vencer os embaraços financeiros que por vezes a atormentam.

A Revista conta igualmente com o patrocínio dos três ministérios a que pela sua índole se encontra ligada - Guerra, Marinha e Colónias -, o qual nestes cem anos tem sido por vezes muito valioso.

* Publicado na *Revista Militar*, Volume 102, nº 1, janeiro de 1950, pp 11-18.